

IDENTIDADE E QUESTÕES FUNDIÁRIAS NA CHAPADA DO VEADEIROS

Adrielly Melo Borges

RESUMO: A Vila de São Jorge foi fundada por garimpeiros que foram atraídos pelas jazidas de cristal. Para viabilizar a ocupação da terra, eles desenvolveram a agricultura. Porém, o quartzo hialino tem um valor oscilante e limitado no mercado internacional, por isso a roça é tão importante para complementação de renda. Com a ascensão do turismo, os camponeses e garimpeiros foram pressionados a vender suas terras. Dessa maneira, a situação fundiária da região tornou-se controversa, pois há muitos conflitos de interesses pela terra e dos principais motivos é uma unidade de conservação que nunca pôde cumprir qualquer objetivo, porque não tem o controle legal e definitivo da área.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Cerrado; Preservação; Garimpo.

IDENTITY AND FOUNDRY ISSUES IN THE CHAPADA DO VEADEIROS

ABSTRACT: The village of São Jorge was founded by miners who were attracted by the crystal deposits. To make land occupation viable, they developed agriculture. However, hyaline quartz has an oscillating and limited value in the international market, so the field is so important for income supplementation. With the rise of tourism, peasants and miners were pressured to sell their land. In this way, the land situation of the region became controversial, as there are many conflicts of interest for the land and the main reasons is a conservation unit that could never fulfill any objective, because it has no legal and definitive control of the area.

KEYWORDS: Identity; Cerrado; Preservation; Mining.

1 INTRODUÇÃO

A Vila de São Jorge, que se localiza no Município de Alto Paraíso, no norte goiano, foi fundada principalmente por garimpeiros que foram atraídos para o lugar pela "fofoca" das jazidas de cristal. Porém, para viabilizar a ocupação da terra, eles também desenvolveram na região a agricultura. Além disso, o quartzo hialino ou cristal de rocha tem um valor oscilante e limitado, por isso a agricultura é tão importante para complementar a renda das famílias dos garimpeiros.

Com a ascensão do turismo na região, esses camponeses e garimpeiros foram pressionados a vender suas terras para alguns dos milhares de turistas que procuram o lugar e, ao mesmo tempo, vêm perdendo o seu acesso às áreas de garimpo, que antes, podiam ser usadas por todos.

A partir daí, tornou-se cada vez mais controversa a situação fundiária da região, pois há muito conflito de interesses pela terra por parte dos garimpeiros, camponeses, políticos, turistas, posseiros, fazendeiros e guardas florestais. Um dos principais motivos é uma unidade de conservação que nunca pôde cumprir qualquer objetivo porque não tem o controle legal e definitivo da região.

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Ou seja, trata-se de um espaço com características naturais importantes, definido legalmente, com o objetivo de conservação e proteção. Por conta dessa falta de controle da área, o Parque já teve sua área diminuída várias vezes e ainda espera o resultado de uma nova ação de desapropriação impetrada pelo IBAMA.

A Vila e o Parque são muito próximos, pois o acesso de turistas aos principais pontos de visita do Parque se dá pela Vila. Além disso, o Parque guarda grande parte do universo simbólico da Vila e conseqüentemente o comércio da mesma depende do Parque, ou seja, a sobrevivência econômica da Vila está diretamente ligada ao Parque.

O objetivo desse artigo é tentar investigar como essa mistura entre cultura e ambiente acontece, qual é o impacto social do Parque na vida dos moradores da Vila. A tentativa é de determinar a forma dessas inesperadas interferências em função de projetos de preservação e as respostas geradas pela comunidade-alvo.

Com este objetivo foi realizado trabalho de campo e convivência, somados a bastante diálogo com os primeiros moradores, com novos moradores e com os mais diversos turistas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO PARQUE

A região em análise é o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e sua área de entorno, possui 2376,73km² e está implantada a nordeste de Goiás, na zona UTM 23S, dentro das coordenadas 177422 – 248096mE e 8420578 – 8473325mN, contendo parte dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e Colinas do Sul.

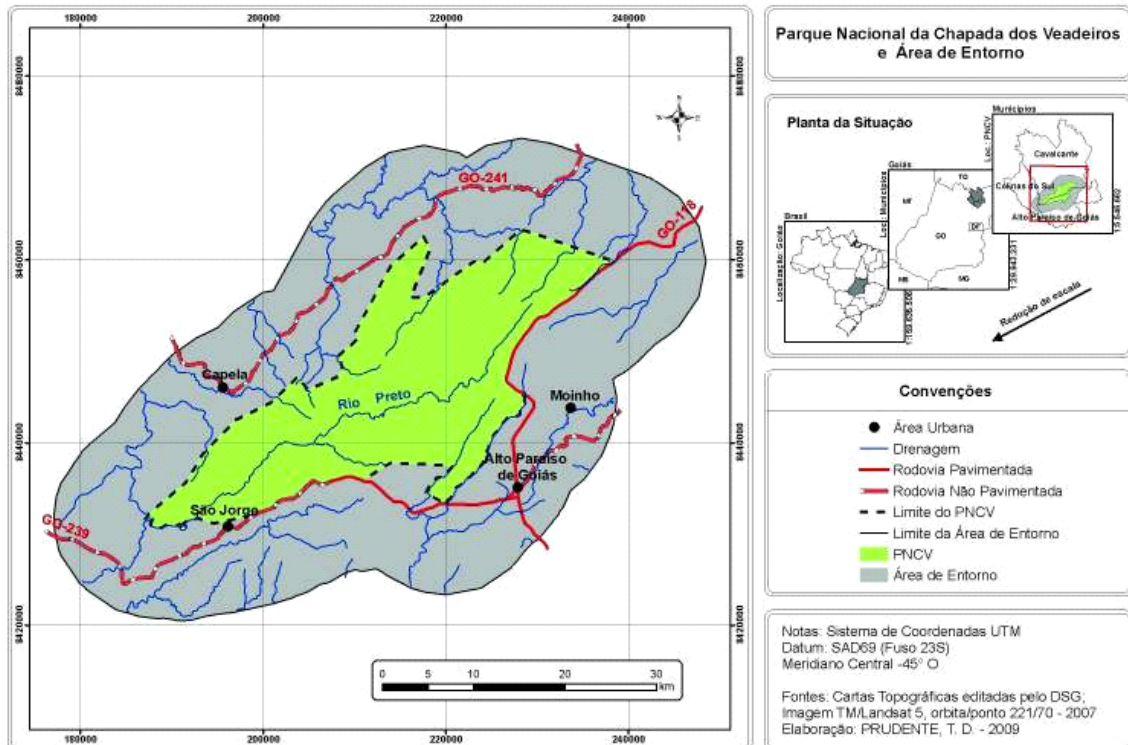


Figura 1 – Localização do PNCV e área de entorno

Fonte: Cartas Topográficas editadas pelo DSG

De acordo com Pantoja (1998 apud ICMBio, 2009), o PNCV é chamado assim por causa do topônimo “Veadeiros”, não relacionado ao veado, que já teve presença expressiva na área, mas sim ao cão que o farejava e perseguia. Esse topônimo aplicou-se à Fazenda do Sr. Francisco de Almeida, que se estabeleceu de forma pioneira em 1750.

A origem do PNCV, conforme Silva (2003) está ligada a uma ação da Fundação Coimbra Bueno, que direcionou uma carta ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, na data de 1º de dezembro de 1960, na qual sugeria a criação do PNCV, com base nos três argumentos seguintes: 1) os extraordinários valores naturais que nele deverão ser preservados; 2) a próxima valorização das terras em função da transferência da capital Rio de Janeiro para Brasília e a possibilidade de a Organização das Nações Unidas (ONU) considerarem sua futura sede na área de estudo; c) a incompetência do Estado de Goiás em criar o parque, apesar de solicitado há mais de uma década. A carta insistia também na necessidade imediata de desapropriação das áreas habitadas, pois a especulação imobiliária, que já acontecia no Planalto Central, deveria logo chegar à Chapada dos Veadeiros.

Assim, o Parque foi criado pelo decreto de nº 49.875 na data de 11 de janeiro de 1961 com o nome de Parque Nacional do Tocantins com aproximadamente de 650.000ha de área. Seu nome foi alterado para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e suas fronteiras foram mudadas em 1972, em 1981 duas vezes e em 1990, sendo radicalmente transformado aos correspondentes 65.514ha (IBAMA, 2004). Foi declarado Patrimônio Mundial Natural em 2001 pela UNESCO.

O PNCV tem de infraestrutura aberta ao público, um auditório, uma biblioteca, sanitários e salas administrativas, que nasceu da colaboração do IBAMA com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Possui também uma guarita e uma construção com escritórios e alojamento para voluntários e funcionários, localizados perto do centro de visitantes. Há casas para funcionários dentro do PNCV a aproximadamente 3km da Vila, perto à rodovia que conecta o município de Alto Paraíso de Goiás a Vila de São Jorge.



Figura 2 – Entrada do Parque

Fonte: Arquivo do Autor

Existem também três residências que servem como pontos de monitoramento, implantadas dentro do Parque, a primeira perto do morro Ferro de Engomar (popularmente conhecido como Morro da Baleia), a segunda próxima ao Riacho Mulunga, e a terceira perto às nascentes do Rio Preto. As fronteiras do parque próximas às rodovias GO-118 (entre Alto Paraíso de Goiás e Teresina de Goiás) e GO-239 (entre Alto Paraíso de Goiás e a Vila de São Jorge) estão demarcadas com postes de concreto e arame farpado, contendo placas indicativas da unidade de conservação (BARBOSA, 2008).

O propósito principal do Parque, segundo o IBAMA (2009), é a conservação do Bioma Cerrado de altitude (estruturação geomorfológica), da fauna característica e endêmica, das lindezas cênicas naturais e das nascentes de muitos rios da bacia hidrográfica do Tocantins. Visa interpretação ambiental, ecoturismo e preservação de ecossistemas raros no Cerrado. Mas como pode-se perceber através das sucessivas e drásticas diminuições de territórios, o Parque claramente não tem cumprido seu objetivo básico.

Dentre as principais atrações turísticas da região, destacam-se: os saltos de 80 metros (Figura 3a) e 120 metros (Figura 3b) do Rio Preto, os Canyons I (Figura 3c) e II (Figura 3d) do Rio Preto, Salto São domingos (Figura 3e), Salto da Raizama (Figura 3f), Cachoeira do Cordovil (Figura 3g), Cachoeira

das Carioquinhas (Figura 3h), Vale da Lua (Figura 3i) e Jardim de Maytreea (Figura 3j).



Figura 3: Cachoeiras do PNCV

Fonte: Site Institucional do Parque

(<http://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/>)

Organização: A Autora

Na região da Chapada há a predominância de rochas metamórficas e parametamórficas antigas, com poucos pedaços encobertos por sedimentos cenozóicos (coberturas detrítico-lateríticas indiferenciadas). Essa região está na unidade Planalto Central Goiano e na subunidade Planalto Dissecado do Alto Tocantins-Paranaíba, elaborados em estruturas sedimentares dobradas, sob a ação de paleoclimas que esculpiram vastas superfícies de aplanamento (OLIVEIRA, 2007).

Além da antiguidade de suas rochas, a Chapada também é marcada por estruturas geológicas ligadas aos movimentos tectônicos antigos como dobramentos, falhamentos e fraturas. Da maneira que acontece em quase toda extensão do território goiano, essas estruturas têm destacada função na composição da fisionomia do relevo. Do ponto de vista altimétrico, a Chapada dos Veadeiros é um território distinto no contexto da geografia goiana, pois apresenta a maior extensão de terras elevadas do estado e também o seu ponto culminante, na chamada “Serra do Pouso Alto”, que atinge 1.676m de altitude (OLIVEIRA, 2007).

A unidade está adentrada nos domínios do Cerrado e manifesta muitas fitofisionomias, como: campo cerrado, campo sujo, campo limpo, campo rupestre, cerrado arbóreo e cerrado rupestre. Na região predominam Cambissolos, Solos Litólicos e Latossolos Vermelho-Amarelo (FELFILI; REZENDE; SILVA JÚNIOR, 2007).

Conforme exibe o trabalho feito pelo Felfili; Rezende e Silva Júnior (2007), o Parque não compreende a completa diversidade multiplicidade de plantas da Chapada dos Veadeiros. Para que a proteção seja completamente efetiva do patrimônio genético da Chapada há é necessário a inclusão, em unidades de conservação de áreas significativas de todas as fitofisionomias presentes na região.

Conforme com ICMBio (2009), há no Parque enorme diversidade de fauna e, em termos de preservação de espécies ameaçadas de extinção, o PNCV abriga as espécies de mamíferos: *Lonchophylla dekeyseri* (morcego-beija-flor), *Monodelphis rubida* (catita), *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Blastocerus dichotomus* (cervo-do-pantanal), *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Leopardus pardalis* (jaguar), *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato

- pequeno), *Oncifelis colocolo* (gato-palheiro), *Panthera onça* (onça-pintada), *Puma concolor* (onça-parda) *Speothos venaticus* (cachorro-do-mato-vinagre).

As duas espécies do gênero *Leopardus* encontradas no Parque (jaguatirica e gato-do-mato) aparecem com pouca frequência, mas isto se dá por serem espécies associadas aos cenários florestais. Outras espécies ameaçadas estão em boas circunstâncias no Parque, ocorrendo em densidades até que razoáveis, como o tamanduá-bandeira, o gato-palheiro, a onça parda e o lobo-guará, além do veado-campeiro, considerado “próximo de estar ameaçado”.

O *Lonchophylla dekeyseri* (morcego-beija-flor) e o *Monodelphis rubida* (catita), requerem uma cautela maior, porque além de estarem em perigo de extinção, essas espécies são endêmicas para o Bioma Cerrado. Outras espécies endêmicas que estão com menor risco de extinção, porém não menos importantes são *Monodelphis Kunzi* (catita-terrestre-marrom), *Calomys tener* (rato), *Pseudoryzomys simplex* (rato-do-mato), *Lycalopex vetulus* (raposinha-do-campo).

A área de estudo é tida como um divisor de águas das bacias dos rios Paranã e Maranhão. O mais importante curso d'água do parque é o Rio Preto, que deságua na direção Leste-Oeste. Este rio tem lindas cachoeiras, que são os principais atrativos para os turistas. No tempo das chuvas intensas, acontece frequentemente as trombas d'água nos trechos do rio marcados por topografia mais acidentada (ZIMMERMANN, 2006).

A região da Chapada tem clima tropical sazonal definida por duas estações: uma seca e outra chuvosa. A fase das chuvas começa em outubro e vai até abril e a estação seca tem duração de quatro a cinco meses e predomina nos meses de maio a setembro, período em que ocorrem muitos incêndios, pois são os meses que apresentam maior deficiência hídrica na região.

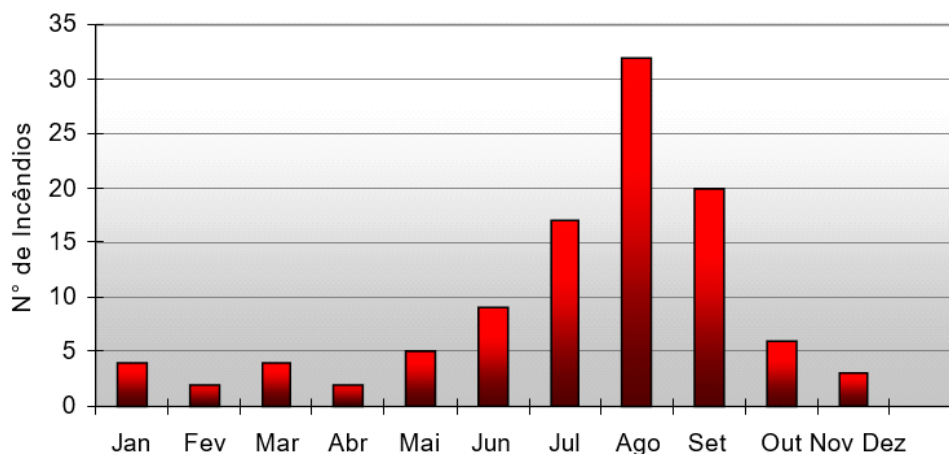


Figura 4 - Número de ocorrências de incêndios florestais mensais, registrados no PNCV, entre 1979 e 2005.

Fonte: IBAMA (2007)

3 O CRISTAL ROSA E O NASCIMENTO DA VILA

Um mineral até então desconhecido em Goiás, o cristal de rocha, começou a ser explorado no Sul do Estado, no município de Cristalina/GO. Logo depois ele surgiu também no município de Cavalcante/GO, na Região da Chapada dos Veadeiros. Na metade do século XVIII surgiu uma propriedade de trigo, que na década de 30 emancipa-se com o nome de "Veadeiros", por lei estadual de 1953 e assim transforma-se na capital do município.

Assim, perto das minas de cristal da Chapada começaram a aparecer os primeiros acampamentos temporários e dependendo da capacidade da jazida, eles se tornavam fixações permanentes, inclusive com as famílias dos garimpeiros. Estes lugares viraram as corrutelas, comunidades que posteriormente transformariam-se em cidades. Algumas desapareceram, como a aldeia do Silêncio (próxima à São Jorge), abandonada em 1971. Essas Vilas possuíam uma economia e uma vida com prazo determinado para acabar por dependerem de um recurso mineral finito.

O quartzo ocorreu quase que tão somente no Brasil, mas seu valor era definido pelo comércio internacional. No início da Segunda Guerra Mundial a indústria bélica criou a primeira demanda. Utilizou-o na criação de sonares, transmissores de rádio, telegrafia e telefonia e minas de defesa.

O conflito movimentou em média 50.000 mineradores no Brasil. Com o fim da Guerra, as saídas do minério caíram ao menor nível desde 1936. Nesse momento é que deixam de existir várias Vilas. Aquelas que sobrevivem conseguiram desenvolver uma atividade econômica baseada na agricultura e garimpo.

Mas a região da Chapada presenciou outros momentos de crescimento da atividade mineradora. Um dos principais é o de 1952, que envolveu em média 3.000 garimpeiros. Essa procura, que foi em decorrência do início da Guerra da Coreia em 1950, proporcionou um aumento de valor do cristal rosa, salvando algumas vilas.

Porém, o minério passou a ser criado de forma artificial partir de 1958 pelas manufaturas (crescimento hidrotérmico a partir de semente de cristal natural de grau eletrônico e lascas como nutriente). Na atualidade o cristal artificial atende 95% das utilidades estéticas (uso em bijouterias por exemplo) e em usos técnicos (fios de eletrecidade, por exemplo). E a partir dessa realidade, a Vila de São Jorge vai se desenvolvendo como ela é hoje. Aparecem as casas pioneiras de adobe, o nome e o culto a São Jorge.

4 MUDANÇAS

Em 11 de janeiro de 1961, Juscelino Kubitschek assina em Brasília a criação do Parque Nacional do Tocantins (PNT). Não há qualquer registro oficial que esclareça os motivos de tal atitude. O texto do decreto não explicita o interesse ecológico que justificaria a preservação da região, como por exemplo, a proteção de alguns dos rios formadores do Estado do Tocantins. Há apenas uma evidência, encontrada nos arquivos do IBAMA: uma sugestão da "Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil", entidade engajada na criação de Brasília e Goiânia.

A concepção de um novo município é proposta à Organização das Nações Unidas (ONU) por causa da controvérsia sobre a mudança de sua sede. A Chapada dos Veadeiros é apontada como uma das opções do Planalto Central Brasileiro onde "a nova sede da Organização poderá ficar em local protegido por um plano que oriente o desenvolvimento da região". Essa ideia utópica foi

elaborada a partir de considerações como "habitat ideal" e "meio ambiente adequado", que integrando representantes de muitas culturas levaria à criação de uma "nova mentalidade".

Juscelino Kubitschek ficou interessado pela ideia, pois isso afirmava sua reputação de presidente que transformava sonhos de criação de cidades em realidade. Em dezembro de 1960, 42 dias antes do decreto do Parque, ele recebeu um ofício da Fundação Coimbra Bueno sugerindo a urgente criação do "Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros". Este documento explicitava também que a ONU confirmou a ideia.

O desapontamento do plano expõe o posterior descaso com essa unidade de conservação. É possível que nesse tempo tenham se multiplicado os cercamentos e registros de caráter duvidosos. O Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, não promoveu nenhum serviço de sensibilização com os povos inseridos e nem mesmo a desapropriação das terras.

Porém a população da Vila de São Jorge passou por uma nova procura ao cristal rosa. O golpe militar de 1964 trouxe, segundo Freitas (1973), uma administração que promoveu privilégios fiscais ao exportador e ampliação do mercado brasileiro no exterior. Vários compradores de cristal, chegaram ao território.

Além de capital, possuíam um bem fundamental para o comércio do garimpo naquela época: o caminhão. Às vezes serviam-se até mesmo de aviões, que pousavam ou decolavam de uma rua do povoado. O acampamento ao lado de um riacho recebeu o nome de "Rodoviária", em que chegava um ônibus que fazia a linha Alto Paraíso-São Jorge.

Dados levantados em junho de 69, pelo Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes (DN) – IBDF, indica 63 casas na Vila, com 268 pessoas, e entre elas estão muitos dos correntes habitantes. No mesmo ano, um documento do gestor substituto do PNT, Epitácio Figueira Gervásio, apresenta preconceitos e propostas que não passam pela educação ambiental ou qualquer tipo de convivência harmônica:

[...]voltaríamos a sugerir que a Vila São Jorge, distrito de Alto Paraíso, ficasse fora da área do PNT. Sua exclusão, livraria a administração do PNT e o próprio IBDF, de problemas futuros

insolúveis, relativos a situação sócio-econômica dos seus habitantes.

A região botânica que circunda São Jorge, nada representa: é inóspita e desprovida de qualquer vegetação relevante. Na própria Vila São Jorge não há condições sequer, de moradia para algum funcionário nosso. E, como conhecemos a região, seus habitantes, suas dificuldades sócio-econômicas e culturais, àquela gente simples busca nos garimpos do cristal de rocha, em franca decadência um primitivo meio de ganhar rústicos sustentos. E, neles, arraigaram-se firmemente. Neles está a fonte única e perene, embora selvagem e decadente, da subsistência diária e da própria vida dos habitantes de São Jorge.

Não alegamos que não haveria meios para uma solução permanente do problema. Há. Ela, e a única, seria a indenização e a retirada progressiva de todos os habitantes da Vila São Jorge, para fora da área do Parna Tocantins e, posteriormente a demolição total da Vila. A permanência, reafirmamos, da Vila de São Jorge dentro dos limites do Parna Tocantins, será problema constante, diário e insolúvel à sua administração, concernente à defesa e proteção da flora e da fauna. Com a presença de garimpeiros, é-se impossível proteger a flora, a fauna e as belezas naturais de um Parque Nacional.

No final da década de 60, começam a chegar ao IBDF objeções das municipalidades de Alto Paraíso e Cavalcante, e de fazendeiros, quanto a autenticidade da área de conservação, pois não aconteceu nenhuma indenização. Pela Portaria 1492/70 o órgão cede às pressões e nomeia "comissão para efetuar estudos sobre a necessidade de alteração dos limites" (Ferreira e Galante, 1986:1). Através de explicitação de razões, o ministro da agricultura Cirne Lima fala que a reformulação dar-se-á porque a área do Parque foi considerada "excessiva". Em seguida afirma que, "sem prejuízo das finalidades da sua criação" - embora elas nunca tenham sido efetivadas -, excluirá as principais áreas de atrito.

O decreto 70.492 de 1972 reduz então os antigos 625.000 hectares para 171.924. Diante da redelimitação foi necessário ajustar o nome do parque,

e então nasceu o termo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), mesmo nome sugerido pela Fundação Coimbra Bueno doze anos atrás.

Nos anos 70 o comércio do minério passou por alterações que vão definir o seu mecanismo até atualmente. O consumo mundial diminuiu por causa da substituição por peças eletrônicas; a lasca torna-se o principal produto brasileiro para alimentar a indústria do quartzo cultivado e os Estados Unidos começam a lançar no mercado seus estoques estratégicos de cristal puro (adquiridos no Brasil), sendo que em 1989 exportaram 45 toneladas e o Brasil apenas uma tonelada. O trabalho árduo e mal remunerado dos mineradores com que o lucro atual de países como os E.U.A., o maior beneficiado com a exploração do quartzo.

O governador Ary Valadão (78/81) gera o Projeto Agropecuário Alto Paraíso, e assim surgia a ampliação da fronteira agrícola do Planalto Central, que depois trouxe as imensas propriedades de soja. Surge a GO-327 (Alto Paraíso/ Niquelândia), com um trecho dentro do Parque Nacional, apesar do parecer contrário do IBDF. Para a população de São Jorge, que muitas vezes andavam a pé os 40 quilômetros até Alto Paraíso e voltavam trazendo o saco de mantimentos na cabeça, as mudanças foram boas. Ainda que tenha fracassado o Projeto Alto Paraíso, começa a se romper o isolamento da Vila e do Parque.

Em dois de julho de 1981 é aprovado o decreto que diminuiu novamente o Parque à sua área atual de 60 mil hectares, dez vezes menor que em 1961. Dessa maneira reafirma-se a ausência de preparação das gestões que administraram a região nesse tempo, reordenando o espaço sem promover as reformas necessárias na estrutura fundiária e em detrimento ainda de uma política de preservação.

Em 1985 a GO-118 leva o asfalto até Arraias, ao norte do Estado de Goiás, passando por Alto Paraíso. Na década de 70, uma grande quantidade de pessoas deixa a cidade para residir no campo. Bastante deles são jovens que abandonaram a política e agora anseiam por uma revolução interna ao indivíduo, de desenvolvimento pessoal e espiritual. Essas pessoas concentram-se na comunidade do Moinho, a 50 km de São Jorge. Em 1987 começam a aparecer os turistas interessados em conhecer o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, por motivos turísticos e de estudo.

Em 11 de janeiro de 1991 o PNCV completou trinta anos de vida sem ao menos ter um administrador. Mesmo que tendo suas fronteiras remarcadas duas vezes, o IBAMA tem o controle de somente 2.088 hectares dentre aproximadamente 60.000. O resto está desagregado em 82 ocupações, em que mais da metade tem superposição de títulos ou não tem papeladas oficiais. Um novo decreto de desapropriação foi assinado em 5 de junho de 1990. O Parque atualmente aguarda o resultado de uma ação discriminatória que regularize a situação fundiária para posterior indenização.

No ano de 2018, houve uma grande divulgação nas redes sociais de que o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros havia sido privatizado. Porém, como muitas notícias que circularam nesse ano, devido à grande velocidade de divulgação de informações por meios informais, o relato era falso, ou como esse tipo de acontecimento ficou conhecido, era “fake news”. Mas a confusão se deu porque no dia 18 de dezembro de 2018, o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, comunicou formalmente o contrato de concessão assinado com as empresas Parquetur Participações e Socicam Terminais Rodoviários e Representações, que se comprometeram em investir uma média de R\$ 14 milhões na unidade de conservação.

Isso significa que o parque continuará sendo administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), contudo atualmente pode dispor da contribuição dessas empresas pra incrementar serviços e atividades, sempre com o menor impacto possível. Claro que isso foi o divulgado pelas empresas e pelo poder público.

Uma grande desvantagem para o público é que o parque, que antes era uma das únicas atrações gratuitas da Chapada, agora será cobrado, pois nenhuma empresa privada iria contribuir com algo sem lucro em troca. De qualquer maneira, o consentimento é válido por 20 anos e compreende o controle de entrada de visitantes e serviços de infraestruturas de forma geral.

As concessionárias investirão na conservação das trilhas atuais e também em melhorias, como por exemplo, promover o acesso de cadeirantes. As empresas anunciaram que outras atividades serão oferecidas, como a prática de *mountain bike* (bicicleta própria para montanhas), escalada, diferentes travessias e novas áreas de camping. O acordo também contempla a instalação e manutenção de uma exposição permanente no centro de visitantes e banheiros

secos (banheiros que não possuem ligação com o sistema de esgoto coletivo) na área de camping da Cachoeira Sete Quedas, que é uma trilha a qual o acampamento de pelo menos uma noite se faz necessário para completar a travessia.

Segundo Fernando Tatagiba, atual diretor da unidade de conservação, há no parque trabalhando, em média, 50 profissionais ambientais, brigadistas e terceirizados e que com essa cooperação, que é comum acontecer nos parques pelo Brasil, essa quantidade conseguirá subir.

Pode-se perceber muita preocupação com o turismo e com o lucro, mas o cerrado, por sua vez, agoniza com a destruição progressiva. Segundo maior bioma brasileiro, ocupando mais de 200 milhões de hectares, o cerrado tem apenas 0,7% dessa área protegida por unidades de conservação. Parque Nacional é uma unidade classificada como de "proteção integral", colocando-se ao lado de Reserva Ecológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Um dos seus objetivos é o uso apenas indireto dos recursos naturais na configuração de ações culturais. Qualquer exemplo de extrativismo de recursos naturais não pode ser admitido, inclusive o garimpo. Por isso o turismo é a única fonte de rendas.

Apesar disso, realizado de forma descontrolada ao longo de muito tempo, o turismo gerou muitos danos, como devastação de matas, rios e a diminuição da fauna e flora local. Porém, os estragos causados pelo gado e pela agricultura foram maiores ainda, pois além do desmatamento, uma exploração agrícola com 2,5 mil vacas leiteiras produz a mesma quantidade de resíduos que uma cidade de 411 mil pessoas, que vão diretamente para a água (dados oficiais da ONU).

5 CONCLUSÃO

A Vila São Jorge retrata uma situação inter-cultural de trocas significativas. A existência de um Parque Nacional divulga a área e de certa forma financia, com a abertura e manutenção de estradas, o turismo. A população vive em contato com milhares de visitantes e assim há questionamento da sua identidade.

Muitos dos pensamentos e dos comportamentos dos habitantes esbarram o seu sentido no garimpo. Sua história começa com os mineradores e o garimpo é o primeiro motivo da permanência no território. Do garimpo todos já se ocuparam, legitimando falas como "todo mundo aqui é garimpeiro". A crítica quase unânime ao Parque está associada ao fechamento dos garimpos.

Pode-se concluir que a Vila se trata de garimpeiros, porém quase ninguém garimpa mais. O sustento vem do campo e do turismo, mas também não há uma identificação tão clara dos moradores como camponeses e nem mesmo com o turismo, pois a maior parte dos comerciantes e donos de estabelecimentos turísticos, como hotéis, campings e restaurantes, são pessoas de fora, muitas vezes até mesmo estrangeiras, conhecidas como "gringos". A identidade anuncia-se pelo meio daquilo que existe de mais específico: o garimpo é a atividade que confere essa originalidade ao grupo diante do mundo exterior.

Um pequeno número de famílias conservou-se como proprietárias de terra, pois a pressão dos turistas dos mais variados tipos, ambientais, estrangeiros e até mesmo espirituais, foi muito grande para a venda das terras super valorizadas. Sem o meio de reprodução fundamental para a família camponesa, alguns optaram por trabalhar como meeiros, dividindo os resultados da colheita com o proprietário da terra. Assim todos possuem roça, mesmo quando não possuem terra. Na roça são eles que escolhem o que cultivar, como, e quando, mantendo sua autenticidade como organizadores do sistema produtivo.

O processo de meia ou renda determina uma associação que se o sujeito não é detentor também não é funcionário, proporcionando uma ética camponesa na qual não é preciso trabalhar para ninguém (Woortmanm, 1988). Da mesma maneira que no garimpo a relação de meia-praça e fornecedor garantia um tipo de sociedade.

A Vila torna-se uma cidade. O povo conquistou, por meio de sua mobilização, o fornecimento permanente de água. Porém ainda há muito mais a ser conquistado, como transporte, implementos agrícolas e asfalto, apesar desse último gerar controvérsias na comunidade, pois muitos acreditam que a estrada de chão é símbolo do vilarejo.

O campo retrata a intimidade com o meio ambiente. Crianças e adultos dominam uma grande variedade de plantas e animais e sabem como dispor desses recursos com instrumentos rústicos e técnicas naturais. Há também o respeito gerado pelo trabalho para obter os frutos da terra, pela necessidade de vencer imensas distâncias e pelas belezas naturais. Porém, existe também a sensação incômoda de que com a roça não se progride, apesar da certeza de que sem ela seria pior.

O garimpo tem um passado recordado como um tempo de independência e riqueza. As metas de fatura fazem parte dessa ligação afetiva que rodeia a mineração. Era a principal atividade comercial, que realmente promoveu a ocupação do território, ao diferente do campo, que era uma simples ferramenta de sobrevivência. Só que garimpo é também delírio, sem deixar de ser um símbolo de resistência ao conformismo e a submissão.

O turismo é o exemplo de um novo tempo de fortuna. A conexão com o mundo, novas possibilidades e infinitas possibilidades de viver. Mas o turismo também é o desarranjo, o fatal sentimento de perda de um tempo de paz, que tem levado alguns nativos, como em busca do garimpo a quarenta anos atrás, novamente para a estrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, L. M.de. S.; CAMARGO, A. J. A.de. **Cerrado: ecologia e caracterização**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 249 p.
- ALHO, C. J. R.; MARTINS, E. S. **De grão em grão, o Cerrado perde espaço – Cerrado: impactos do processo de ocupação**. Brasília: Fundo Mundial para Natureza, 1995. 66p.
- ALMEIDA, Roberto A. de. **O saber camponês**. Dissertação final de Bacharelado em Ciências Sociais/habilitação em Antropologia-UnB, 1988.
- BARBOSA, A. G. **As estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.
- BERNARDES, Martha T. & MARTINS, Maria C.C. **Orientações e estratégias para formulação e implantação de projetos de educação ambiental para comunidades vizinhas às unidades de conservação**. Brasília: IBDF/COPLAN, 1988.
- BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante**. 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Decreto no 49.875, de 11 de Janeiro de 1961. Cria o Parque Nacional do Tocantins, no Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D49875.htm>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- CAMINO, Rizzardo da. **São Jorge**. Rio de Janeiro: Eco/Mandarino, 1990.
- FERREIRA, Lourdes M. & GALANTE, Maria L. **Relatório de viagem ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - Estado de Goiás**. FUNATURA, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FREITAS, Alencar S. de. **Perfil analítico do quartzo**. Rio de Janeiro: DNPM, 1973.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOODLAND, R. **Glossário de ecologia brasileira**. Manaus: CNPq/INPA, 1975.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. 2004.

Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=12>>.

Acesso em: 25 fev. 2019.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros** (Resumo Executivo). Brasília, 2009. 68 p.

OLIVEIRA, Roberto C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PÁDUA, José A. (org.) **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

PALACIN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**. 3a. ed. Goiânia: Oriente/INL-MEC, 1979.

PINTO, M. N. (Org.) **Cerrado: Caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

ROCHA, Gerônimo de A. **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Plano da Fundação Pró-Natureza, aprovado pelo CONAMA, Brasília, 1989.

WOORTMANN, Klaas. **"Com Parente Não se Neguceia": o campesinato como ordem moral**. Brasília/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.